DESAPROPRIAÇÃO — CORREÇÃO MONETÁRIA

— *A correção monetária se procede até o efetivo pagamento da indenização devida por motivo de desapropriação, sem cálculos anuais.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado da Guanabara *versus* Ana de Melo Coelho (espólio)
Recurso extraordinário n.º 67.955 — Relator: Sr. Ministro
BARROS MONTEIRO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Fe-

deral, em conformidade com a ata de julgamentos e notas taquigráficas, conhecer do recurso e lhe dar provimento, em parte, por decisão unânime.

Brasília, 7 de outubro de 1969. *Alio-*

mar Baleeiro, Presidente. Barros Monteiro, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Monteiro — Sr. Presidente:

Assim tive oportunidade de relatar a espécie, no agravo n.º 43.674, em apenso:

“Na expropriatória que o agravante, o Estado da Guanabara, move ao Espólio de Ana de Mello Coelho, a sentença de fls. 8-12, depois de concluir pela procedência da ação e fixar o preço da indenização, determinou que fôsse o valor da coisa exproprianda anualmente corrigido, tomado como ponto de partida o mês de fevereiro de 1965 (fls. 10).

Recorrendo o Dr. Juiz de Direito de officio e apelando, também, o desapropriante, o acórdão de fls. 16 apenas em parte acolheu o primeiro desses recursos, a fim de excluir da correção monetária os honorários advocatícios.

Manifestado recurso extraordinário e denegado este pelo despacho de fôlha 31, promoveu o Estado da Guanabara a formação do presente agravo de instrumento, no qual, por fim, oficiou o ilustre Dr. Procurador-Geral da República nos seguintes termos:

“1. Correção monetária em desapropriação.

2. O acórdão recorrido, sujeitando à correção o valor da indenização até o efetivo pagamento, ultrapassa o limite da “decisão final” a que se refere o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 4.686, de 21/6/65.

3. A correção, a nosso ver, *se im-põe e se calcula* uma só vez, “antes da decisão final”.

4. Pelo provimento.”

Determinada a subida do apêlo, para melhor exame, apenas o recorrente ofereceu razões.

Oficiando a fls. 271, assim se manifestou a douta Procuradoria-Geral da República:

“1. O Tribunal *a quo*, fls. 223, determinou que a correção monetária, em processo desapropriatório, incidisse na indenização fixada até a data do seu efetivo pagamento.

2. Na conformidade do entendimento do eg. Supremo Tribunal, proferido no recurso extraordinário n.º 65.546, sessão plenária de 19/3/69, somos pelo não conhecimento do recurso extraordinário manifestado pelo Estado da Guanabara, com apoio nas letras *a e d* do permissivo constitucional.”

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Barros Monteiro (Relator) — Sr. Presidente:

O caso dos autos é idêntico, em tudo e por tudo, ao do recurso extraordinário n.º 64.884, em que é recorrente o Estado da Guanabara e recorridos Miguelino Soares Branquinho e outros, e no qual tive oportunidade de proferir o seguinte voto:

“Ainda em sessão de 13 de agosto próximo passado, decidiu o eg. Tribunal Pleno no recurso extraordinário n.º 65.395, de São Paulo:

Desapropriação. Correção monetária.

I. Antes da vigência da Lei n.º 4.686, de 1965, já o Supremo Tribunal Federal ordenava nova avaliação quando o laudo era antigo e o expropriante procrastinara o pagamento.

II. A Lei n.º 4.686-65 não distingue entre juiz, Tribunal, instância ou fase da desapropriação, quando comanda a correção monetária.

III. O Supremo Tribunal Federal tem ressalvado ao desapropriado a correção na execução ou em ação separada.

IV. A *decisão final* da Lei n.º 4.686 tanto é a da fase da cognição quanto a de execução de que trata o art. 29, do Decreto-lei n.º 3.365-41.”

“Bem de ver que, face a essa decisão, ao estabelecer, como marco último, para a correção monetária, aquêle do

efetivo pagamento do preço, não negou o acórdão recorrido vigência à Lei n.º 4.686, de 1965.

Penso que apenas merece crítica aquela decisão quando mandou proceder àquela correção, ano a ano, desde que, assim julgado, tal importou em conceder a correção sobre correção.

Conheço, pois, do recurso e lhe dou provimento, em parte, a fim de determinar que se faça a correção até o efetivo pagamento, não o fazendo, porém, ano a ano, como ordenou o acórdão.”

Pelos mesmos fundamentos, conhecendo, aqui, do recurso, dou-lhe provimento em parte, para o mesmo efeito, isto é, a fim de determinar que se faça a correção até o efetivo pagamento, não o fazendo, porém, ano a ano, como ordenou o v. acórdão recorrido.

É o meu voto.

EXTRATO DA ATA

RE 67.955 — GB — Rel., Ministro Barros Monteiro. Recte., Estado da Guanabara (Adv., Francisco S. Moniz de Aragão). Recda., Ana de Melo Coelho (Espólio) (Adv., J.M. Savedra Neto).

Decisão: À unanimidade, conhecido e provido em parte.*

Presidência do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. Presentes à sessão os Srs. Ministros Barros Monteiro, Djaci Falcão e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituído. Licenciado, o Sr. Ministro Luiz Gallotti, Presidente. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Amaral Santos.

* *Nota da Redação* — No mesmo sentido decidiu a 1.ª Turma no julgamento de recurso extraordinário n.º 64.884-GB, em 30/9/69.